

CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no site da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

Assinatura do Dirigente da Unidade Gestora, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

Assinatura do Gestor de Recursos do RPPS, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

Assinatura de representante(s) legal(is) da Instituição interessada no credenciamento, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

TERMO DE CREDENCIAMENTO DO DISTRIBUIDOR OU INSTITUIÇÃO INTEGRANTE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO									
Número do Termo de Análise de Credenciamento					012/2024				
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)					122024				
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS									
Ente Federativo		ITACURUBA			CNPJ		10.114.502/0001-05		
Unidade Gestora do RPPS		INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITACURUBA – ITACURUBAPREV			CNPJ		12.127.391/0001-99		
II- DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA									
Razão Social		BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA			CNPJ		00.066.670/0001-00		
Endereço		NUC CIDADE DE DEUS, S/N, 4 ANDAR PREDIO PRATA,, Vila Yara			Data Constituição		04/06/2005		
E-mail (s)		bemdtvm@bradesco.com.br			Telefone (s)		(11) 3684-5122		
Data do registro na CVM		06/09/1994		Categoria (s)					
Controlador/ Grupo Econômico					CNPJ				
Principais contatos com RPPS									
Kelly Lucena Navarro		Gerente Administração Fiduciária		dac.admfid@bradesco.com.br		(11) 3684 5713			
Clayton Anacleto dos Anjos		Gerente de Relacionamento		dac.relacionamento@bradesco.co		(11) 3684 9871			
A instituição está livre de registros de suspensão ou inabilitação pela CVM, BACEN ou outro órgão competente?									
Sim				X		Não			
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?				Sim		X		Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?				Sim		X		Não	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?				Sim		X		Não	
A instituição está alinhada aos objetivos do RPPS quanto à independência na prestação dos serviços e ausência de potenciais conflitos de interesse nos termos do art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021?				Sim		X		Não	
Documentos disponibilizados em site		Sim		X		Não		Página Internet	
III - DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO DISTRIBUÍDOS PELA INSTITUIÇÃO									
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s):		CNPJ do Fundo		Classificação Resolução CMN		Data Início Do Fundo			
Bradesco FIC FI RF Ref+A44:J10Serenciado DI Poder Público		07.187.570/0001-81		Art. 7º, III, "a"		01/04/2005			
Bradesco FI RF Referenciado DI Premium		03.399.411/0001-90		Art. 7º, III, "a"		05/10/1999			
Bradesco FI RF Referenciado DI Federal Extra		03.256.793/0001-00		Art. 7º, I, "b"		02/08/1999			
Bradesco FI RF IDKA Pré 2		24.022.566/0001-82		Art. 7º, I, "b"		17/06/2016			
Bradesco FI RF IRF-M 1 Títulos Públicos		11.484.558/0001-06		Art. 7º, I, "b"		02/07/2010			
Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B Títulos Públicos		10.986.880/0001-70		Art. 7º, I, "b"		17/02/2010			
Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-Geral		08.246.318/0001-69		Art. 7º, III, "a"		30/04/2007			
Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B		08.702.798/0001-25		Art. 7º, I, "b"		07/01/2008			
Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5		20.216.216/0001-04		Art. 7º, III, "a"		08/08/2004			
Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5 +		13.400.077/0001-09		Art. 7º, III, "a"		30/06/2011			
Bradesco FIC Renda Fixa Alocação Dinâmica		28.515.874/0001-09		Art. 7º, III, "a"		28/12/2017			
Bradesco H FI RF Nilo		15.259.071/0001-80		Art. 7º, I, "b"		28/12/2012			
Bradesco H FIC de FI Multimercado Macro Institucional		21.287.421/0001-15		Art. 10, I		16/06/2016			
Bradesco FIA Dividendos		06.916.384/0001-73		Art. 8º, I		09/09/2004			
Bradesco FIA Mid Small Cap		06.988.623/0001-09		Art. 8º, I		24/09/2004			
Bradesco FIA Selection		03.660.879/0001-96		Art. 8º, I		09/03/2000			
Bradesco FIC FIA Institucional IBRX Alpha		14.099.976/0001-78		Art. 8º, I		05/02/2013			
Bradesco H Regimes de Previdência Ibovespa FIC FIA		11.232.995/0001-32		Art. 8º, I		11/03/2010			
Bradesco FIC FIA Crescimento		34.123.534/0001-27		Art. 8º, I		31/03/2020			
Bradesco H FIM Bolsa Americana		18.959.094/0001-96		Art. 8º, I		05/06/2014			
Bradesco Institucional FIA BDR Nível I		21.321.454/0001-34		Art. 9º, III		27/08/2015			
Bradesco Multigestores Global Fixed Income ESG USD FIM IE		38.389.079/0001-67		Art. 9º, III		29/10/2020			
Bradesco Multigestores Global Equity ESG USD FIA IE		37.703.644/0001-56		Art. 9º, III		29/10/2020			
Bradesco China FIA IE		39.151.551/0001-91		Art. 8º, I		28/12/2020			
Bradesco IS Multimanager Equity USD FIC FIA IE		37.527.569/0001-10		Art. 8º, I		06/08/2020			
Bradesco Global FIA - Investimento no Exterior		18.085.924/0001-01		Art. 8º, I		04/02/2014			
Bradesco FI RF Dívida Externa Crédito Soberano		74.326.471/0001-20		Art. 9º, III		04/10/1994			
Bradesco FIC Renda Fixa IDKA IPCA 2		44.273.776/0001-50		Art. 7º, I, "b"		20/12/2021			
Bradesco Quant Institucional Global FIA USD		44.315.875/0001-58		Art. 9º, III		24/12/2021			
Bradesco FIC FI RF Crédito Privado Longo Prazo Inflação		44.315.854/0001-32		Art. 7º, V, "b"		23/12/2021			
Bradesco FIC FIA Estratégia Small Caps		32.387.983/0001-57		Art. 8º, I		31/07/2019			
Bradesco FI RF Maxi Poder Público		08.246.263/0001-97		Art. 7º, I, "b"		12/03/2007			
Bradesco FIA Sustentabilidade Empresarial		07.187.751/0001-08		Art. 8º, I		30/11/2007			
Bradesco FIM Plus I		02.998.164/0001-85		Art. 10, I		03/11/1999			
Bradesco H FIA Dividendos		02.138.442/0001-24		Art. 8º, I		06/10/1997			
Bradesco FIC FI Curto Prazo Poder Público		13.397.466/0001-14		Art. 7º, III, "a"		16/02/2012			
Bradesco H FIC FIA Ibovespa Valuation		11.675.309/0001-06		Art. 8º, I		29/06/2010			
Bradesco H FIA Small Caps		07.986.196/0001-84		Art. 8º, I		01/12/2006			
Bradesco FIA ETF Ibovespa		34.054.880/0001-09		Art. 8º, I		30/09/2019			
Bradesco FIA Ibovespa Plus		03.394.711/0001-86		Art. 8º, I		25/10/1999			
Bradesco Global Institucional FIC FIA - IE (Vanguard)		31.031.288/0001-95		Art. 9º, III		22/03/2019			
Bradesco FIC RF Referenciado DI Federal		00.824.198/0001-28		Art. 7º, I, "b"		02/10/1995			
ETF Bradesco Ibovespa Fundo de Índice		32.203.211/0001-18		Art. 9º, III		20/05/2019			
Bradesco FIC Créd Priv LP Performance Institucional		44.961.198/0001-45		Art. 7º, V, "b"		16/08/2022			
Bradesco Alocação Sistemática FIC FI RF Brasil		44.981.897/0001-57				11/10/2022			
Bradesco FI Renda Fixa Estratégia XXIV		50.591.807/0001-14		Art. 7º, I, "b"		08/05/2023			

Bradesco FI RF Maxi Poder Público	08.246.263/0001-97	Art. 7º, III, "a"	12/03/2007
Bradesco FIA Sustentabilidade Empresarial	07.187.751/0001-08		30/11/2007
Bradesco FIM Plus I	02.998.164/0001-85	Art. 10, I	03/11/1999
Bradesco H FIA Dividendos	02.138.442/0001-24	Art. 8º, I	06/10/1997
Bradesco FIC FI Curto Prazo Poder Público	13.397.466/0001-14	Art. 7º, III, "a"	16/02/2012
Bradesco H FIC FIA Ibovespa Valuation	11.675.309/0001-06	Art. 8º, I	29/06/2010
Bradesco H FIA Small Caps	07.986.196/0001-84	Art. 8º, I	01/12/2006
Bradesco FIA ETF Ibovespa	34.054.880/0001-09	Art. 8º, I	30/09/2019
Bradesco FIA Ibovespa Plus	03.394.711/0001-86	Art. 8º, I	25/10/1999
Bradesco Global Institucional FIC FIA - IE (Vanguard)	31.031.288/0001-95		22/03/2019
Bradesco FIC RF Referenciado DI Federal	00.824.198/0001-28		02/10/1995
ETF IBOVESPA (BOVB11)	32.203.211/0001-18		20/05/2019
ETF IMA-B 5+ (B5MB11)	34.081.072/0001-22		09/12/2019
ETF IMA-B (IMBB11)	34.081.054/0001-40		09/12/2019
ETF CÍCLICO (BCIC11)	48.643.170/0001-10		07/11/2022
ETF DEFENSIVO (BDEF11)	48.643.220/0001-60		07/11/2022
ETF MOMENTO (BMMT11)	48.643.091/0001-00		07/11/2022
ETF PESOS IGUAIS (BREW11)	48.643.130/0001-79		07/11/2022
Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):			

IV - DOS CONTRATOS DE DISTRIBUIÇÃO RELATIVOS AOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS E PRODUTOS RELACIONADOS

Nome/Razão Social	CNPJ do Fundo	Possui Contrato Registrado na CVM?	Data do Instrumento Contratual

V - INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO (FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES, RELAÇÃO ENTRE DISTRIBUIDORES E A INSTITUIÇÃO, CONCENTRAÇÃO DE FUNDOS SOB ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO E DISTRIBUIDORES):

--

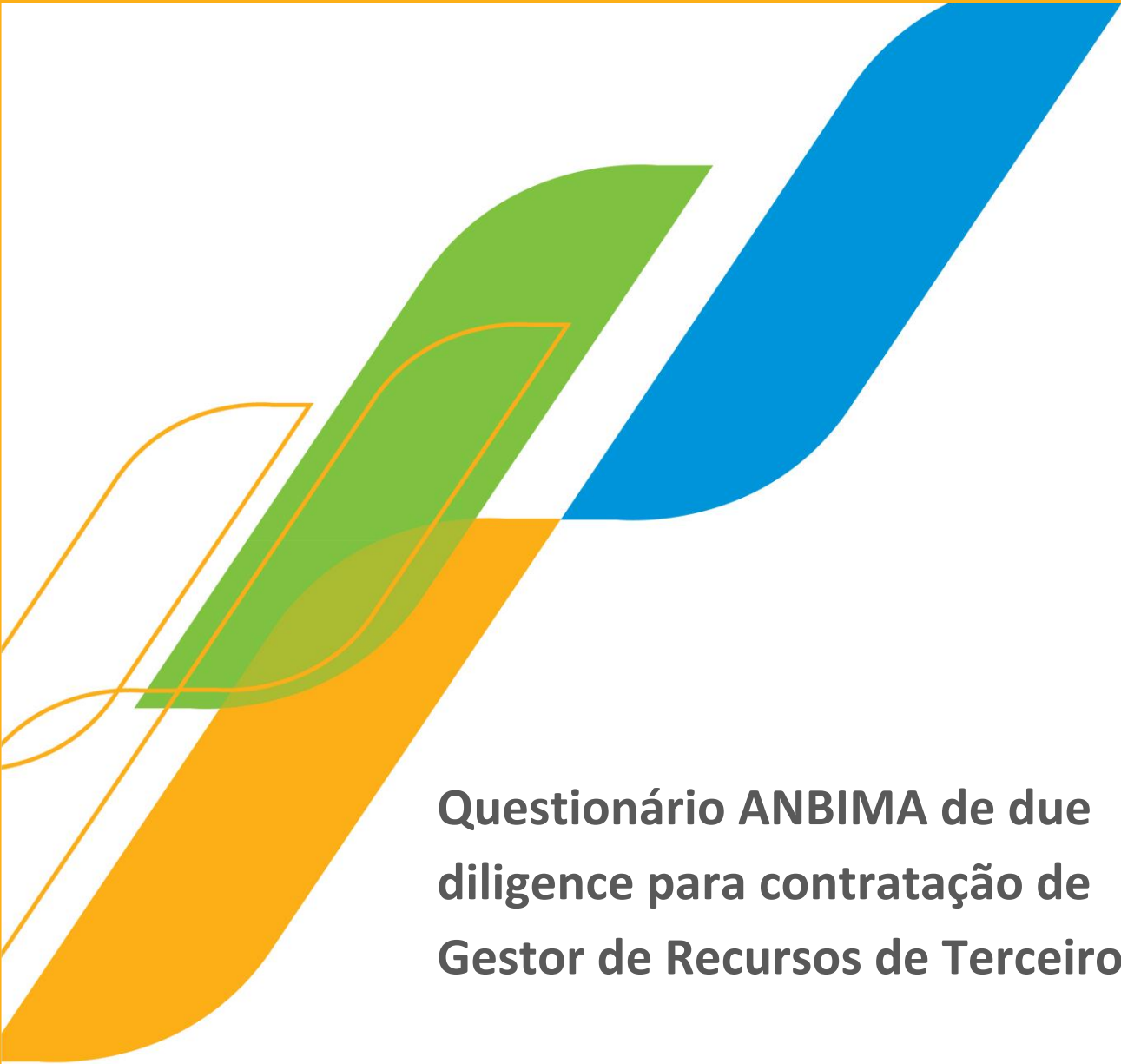
VI - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO

Estrutura da Instituição	A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda ("BEM DTVM") é uma empresa da Organização Bradesco responsável pela administração fiduciária dos fundos de investimento geridos por terceiros contratados, com foco nos mais variados segmentos de investidores, tais como private bank, family offices e clientes institucionais, em conformidade com a Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015 e demais dispositivos legais aplicáveis aos fundos de investimento. Utiliza estrutura com profissionais qualificados e infraestrutura tecnológica, com segurança e controle das informações de seus investidores, transparência, tempestividade no cumprimento de suas obrigações e atendimento das políticas e melhores práticas de mercado. Mantém uma relação fiduciária fundamentada na preservação dos interesses dos cotista se atuação diligente na busca das melhores soluções em toda a cadeia de relacionamentos dessa atividade.
Segregação de Atividades	A BEM DTVM, pertence ao Conglomerado Bradesco, sendo assim, de modo a garantir uniformidade nas práticas de governança corporativa adotadas, a Diretoria das controladas, como é o caso da BEM DTVM, é composta, também, por executivos do Banco. A interdependência entre os órgãos da controladora e das controladas faz com que haja manutenção de sinergia, estratégia e práticas corporativas. As atividades de administração fiduciária de fundos de investimento, clubes de investimento e carteiras administradas e distribuição de cotas de fundos de investimento, desenvolvidas pela BEM DTVM, estão sob responsabilidade do Departamento de Ações e Custódia, departamento do Banco Bradesco S.A., o qual, no exercício de suas atividades, reporta os assuntos de sua responsabilidade ao Comitê Executivo de Negócios de Ações e Custódia. O objetivo desse Comitê é avaliar a proposição de novos negócios e/ou novos clientes, inclusive partes relacionadas, no âmbito de suas operações, considerando os aspectos de negócios, riscos, processos, concessão de crédito e o potencial de resultados.
Qualificação do corpo técnico	Conforme os relatórios de Referência e demais informações dos Administradores, no geral, possuem excelente experiência profissional, formação e certificações. Entre as graduações mais comuns do corpo técnico da BEM, destaca-se Administração, Economia, Engenharias, Matemática e Direito. Além disso, a equipe, sempre em busca de aperfeiçoamento e especialização, também possui certificações, como CFA, CFG, CGA, CGE, CAIA, CFP, FRM e CPA-20, e cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e MBA Executivo. Em anexo, resumo dos principais responsáveis.
Histórico e experiência de atuação	A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM"), sociedade limitada, foi constituída em 21 de outubro de 1968, pelo Banco do Estado do Maranhão S.A. Em fevereiro de 2004, por meio do leilão de privatização do Banco do Estado do Maranhão S.A., a BEM DTVM passou a integrar o quadro de sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Banco Bradesco. Em novembro de 2004, a Organização Bradesco, com o objetivo de fortalecer a participação da sua prestação de serviços qualificados ao mercado de capitais do País, decidiu pelo direcionamento da BEM DTVM para atuar exclusivamente como administradora fiduciária de fundos de investimento geridos por gestores de recursos independentes.
Principais Categorias e Fundos ofertados	A BEM DTVM realiza a administração fiduciária dos mais diversos fundos de investimento distribuídos nas principais classes previstas na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários: Fundos de Investimento de Renda Fixa, Cambial, Ações e Multimercados; Fundos de Investimento em Participações; Fundos de Investimento Imobiliário; Fundos de Investimento em Direitos Creditórios; e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	Verificado processo Administrativo Sancionador no site da CVM, entretanto, entendemos que o referido processo não implica em riscos significativos para a Instituição, nem prejudica seu relacionamento com os demais agentes financeiros.
Regularidade Fiscal e Previdenciária	Em situação regular comprovada com o envio das certidões
Volume de ativos sob sua gestão	R\$ 522.138,10 milhões, base: 31/01/2024. (*) fonte: http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/global.htm - Ranking global de administração de recursos de terceiros – janeiro 2023 – página 03
Outros critérios de análise	

VII - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO

Levando em consideração que a instituição analisada conta com um volume de recursos considerável e mantém a proporção adequada considerando o volume de recursos oriundos de RPPS, condizente com o previsto na Resolução CMN nº 4.963/2021 e que esta realiza o serviço de administração fiduciária não só de fundos sob gestão da instituição gestora do conglomerado Bradesco (BRAM) como de fundos de gestoras independentes que se relacionam com RPPS e por ser instituição presente na lista exaustiva do Ministério de Previdência, entendemos que não há nada que desabone o relacionamento da mesma com o RPPS.

JAINARA OMENA DE ARAÚJO	DIRETORA PRESIDENTE	095.733.694-27	Jainara Omena de Araújo
POLIANA CARVALHO DE SÁ	DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	055.670.754-05	Poliana Carvalho de Sá
LEÔNIO CARLOS ALVES DOS SANTOS	PRESIDENTE DO CONSELHO	734.019.604-82	Leônio Carlos Alves dos Santos
ELOIZA ALVANIRA GUEDES DE SÁ TORRES	PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL	072.436.664-42	Eloiza A. G. de Sá Torres



Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros

Contratado:

Atividade de Administração Fiduciária – BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Contratante:

N/A

Questionário preenchido por:

Kelly Lucena Navarro

Data:

15.06.2023

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com “N/A”).

Versão: [1.19]

Apresentação

Este questionário é baseado no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros (“Código”). Ele tem o objetivo de auxiliar o administrador fiduciário no processo de contratação de gestores de recursos de terceiros para os fundos de investimento.

O questionário busca abordar, minimamente, a adoção de práticas consistentes, objetivas e passíveis de verificação que sejam suficientes não só para entender e mensurar os riscos associados à prestação de serviço como também para garantir um padrão aceitável da instituição a ser contratada.

O anexo ao questionário trata de informações específicas dos fundos de investimento.

O administrador fiduciário poderá adicionar outras questões julgadas relevantes na forma de anexo a esse questionário.

Este questionário deve ser respondido por profissional com poderes de representação, e qualquer alteração em relação às respostas enviadas e aos documentos encaminhados após o preenchimento deste questionário deve ser enviada à instituição que contratou a prestação de serviço em até cinco dias úteis da referida alteração.

Este questionário entrará em vigor em 15 de junho de 2023.

Sumário

Apresentação.....	1
1. Informações cadastrais.....	4
2. Informações institucionais.....	5
3. Receitas e dados financeiros.....	7
4. Recursos humanos	9
5. Informações gerais	11
6. Análise econômica, de pesquisa e de crédito	11
7. Gestão de recursos	12
8. Distribuição.....	12
9. Risco	13
10. Compliance e controles internos.....	18
11. Jurídico.....	20
12. Anexos ou endereço eletrônico	21

1. Informações cadastrais

1.1	Razão social
BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	
1.2	Nome fantasia
N/A	
1.3	É instituição financeira ou instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB")?
Instituição Financeira	
1.4	Quais são as autoridades regulatórias em que a gestora possui registro? Fornecer detalhe sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade.
A BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (BEM DTVM) é empresa integrante do Conglomerado Bradesco e é entidade autorizada a exercer a atividade de Administração de Carteira de Valores Mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM nº 3067 expedido em 06/09/1994, exclusivamente na categoria ADMINISTRADOR FIDUCIÁRIO, pelo qual contrata gestores profissionais para o exercício da atividade de gestão de recursos dos fundos sob sua administração.	
1.5	Membro de associações de classe e/ou autorreguladoras? Quais?
ANBIMA e ANCORD	
1.6	É instituição nacional ou estrangeira?
Nacional	
1.7	Possui filial? Em caso positivo, quantas e onde estão localizadas?
N/A	
1.8	Endereço
Núcleo Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, Osasco, SP	
1.9	CNPJ
00.066.670/0001-00	
1.10	Data de Constituição
04/03/2005	
1.11	Telefones
11-3684-4522	
1.12	Website
www.bradescobemdtvm.com.br	

1.13	Nome e cargo do responsável pelo preenchimento do questionário
	Kelly Lucena Navarro – Gerente Departamental
1.14	Telefone para contato
	11-3684-5713
1.15	E-mail para contato
	bemdtvm@bradesco.com.br

2. Informações institucionais

2.1	Informar o quadro societário da gestora, incluindo os nomes dos principais sócios e respectivas participações (informar no mínimo, os sócios que possuem percentual de participação acima de 5%).
	São dois sócios: o Banco Bradesco BBI S.A. e o Banco Bradesco S.A.
2.2	Qual a estrutura empresarial do conglomerado ou grupo econômico? (Quando aplicável).
	A BEM DTVM é controlada pelo Banco Bradesco S.A e Banco Bradesco BBI, e compõe o conglomerado Banco Bradesco, conforme quadro apresentado no Item 2.3.
2.3	Fornecer o organograma da gestora (anexar resumo profissional dos principais executivos).

A BEM DTVM é empresa integrante do Conglomerado Bradesco, e executa suas atividades de administração fiduciária com a utilização da estrutura técnica e operacional do Departamento de Ações e Custódia, o qual está inserido no Organograma Funcional da Organização, conforme abaixo:

Os principais executivos relacionados à atividade de administração Fiduciária são:

André Bernardino da Cruz Filho - Diretor Departamental – Responsável pela Administração Fiduciária e pela atividade de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento - Formado em Administração pela Universidade Paulista - UNIP. Possui Pós-Graduação “Lato Sensu” em Relações Internacionais pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP. Iniciou a carreira no Banco Banorte S.A. em abril de 1978, permanecendo até março de 1996, quando ingressou, como Superintendente, no Banco Alvorada S.A., atual denominação do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A. Em setembro de 2003, foi transferido para o Banco Bradesco S.A. no cargo de Gerente do Departamento de Ações e Custódia. Em abril de 2008, foi promovido ao cargo de Superintendente Executivo e, em dezembro de 2009, eleito Diretor Departamental, cargo que ocupa até hoje.

Marlos Francisco de Souza Araújo - Diretor Departamental - Responsável por Controles Internos - Formado em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP. Possui Mestrado em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP, além de AMP - *Advanced Management Program* pela *Harvard Business School - Boston, Massachusetts, EUA*, e cursos de Extensão Universitária pela *Chicago University - Chicago, EUA* e *Harvard Business School - Boston, Massachusetts, EUA*. Iniciou a carreira no Banco Bradesco S.A. em abril de 1999, sendo, em dezembro de 2009, promovido ao cargo de Superintendente Executivo e, em março de 2013, eleito Diretor Departamental. *Em setembro de 2017, foi eleito Membro do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital. Em dezembro de 2022, promovido a Diretor Executivo Adjunto.*

Organograma disponível no bradescori.com.br ou formulário de Referência (Vide ITEM 12).

2.4	A gestora é signatária dos Códigos de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).
	A BEM DTVM é signatária dos Códigos: Código de Administração de Recursos de Terceiros; Código de Distribuição de Produtos de Investimento; Código de Ética e Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas.
2.5	A gestora é signatária do Código de Ética da ANBIMA?
	A BEM DTVM é signatária do referido Código na qualidade de administrador fiduciário, conforme questão 2.4 acima
2.6	A gestora é signatária do PRI – Principles for Responsible Investment?
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
2.7	A gestora é signatária de outros Códigos ou assemelhados? Caso seja, citar as instituições.
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
2.8	Os principais executivos, conforme o item 2.3, detêm participação em outros negócios no mercado financeiro e de capitais ou atividades relacionadas à gestora? (Exceto no caso de participação em empresas ligadas). Em caso positivo, informar: <ul style="list-style-type: none"> I. CNPJ da empresa; II. percentual detido pelo executivo na empresa; e III. qual a atividade por ele desempenhada.
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
2.9	Informar se o conglomerado ou grupo econômico da gestora presta serviços de administração fiduciária, distribuição, consultoria, controladoria e custódia. Em caso positivo, descrever: <ul style="list-style-type: none"> I. a estrutura funcional de segregação e II. o relacionamento com a gestora.
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
2.10	Outras informações institucionais que a gestora julgue relevante (opcional).
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.

3. Receitas e dados financeiros

3.1	Preencha a tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da gestora. Informar os últimos 5 (cinco) anos.
------------	---

	Ano	Patrimônio sob gestão (posição em 31/Dez)	Número de pessoas que trabalham na gestora	Número de portfólios sob gestão
	2013	N/A	N/A	N/A
	2014	N/A	N/A	N/A
	2015	N/A	N/A	N/A
	2016	N/A	N/A	N/A
	2017	N/A	N/A	N/A
3.2	Tipologia dos portfólios sob gestão (sem dupla contagem – excluir estrutura Master Feeder).			
	FUNDOS	Nº		% Carteira
	Domicílio local	N/A		N/A
	Domicílio em outro país	N/A		N/A
	Clubes de Investimento	Nº		% Carteira
		N/A		N/A
	Carteiras	Nº		% Carteira
	Domicílio Local	N/A		N/A
	Carteira de Investidor Não Residente	N/A		N/A
3.3	Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento:			
	Tipo	Nº	Exclusivos/Reservados	% Total
	Renda Fixa	N/A	N/A	N/A
	Multimercado	N/A	N/A	N/A
	Cambial	N/A	N/A	N/A
	Ações	N/A	N/A	N/A
	FIDC	N/A	N/A	N/A
	FIP	N/A	N/A	N/A
	FIEE	N/A	N/A	N/A

	FII	N/A	N/A	N/A
	Fundo de Índice (ETF)	N/A	N/A	N/A
	Outras categorias	N/A	N/A	N/A
3.4	Atualmente, qual é o percentual do montante sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria gestora (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?			
N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.				

4. Recursos humanos

4.1	Quais são as regras de remuneração ou comissionamento dos profissionais e associados?
N/A	
4.2	Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela gestora?
A BEM DTVM por ser uma empresa do Conglomerado BRADESCO, utiliza a sua estrutura técnica e operacional, a qual está inserida nos programas corporativos do BRADESCO, com Plano de Carreira e Desenvolvimento Profissional e programas de capacitação profissional e avaliação de desempenho.	
4.3	Existe programa para treinamento, desenvolvimento e certificação profissional dos profissionais/associados? Descreva, de forma sucinta, inclusive, com relação ao controle e monitoramento dos profissionais certificados.

Sim, adota a Política de Treinamento e Desenvolvimento do BRADESCO, em consonância com as Declarações Estratégicas da Organização para o Gerenciamento dos Recursos Humanos, na qual estão definidas as seguintes diretrizes:

1. Disseminar o compromisso corporativo com o processo de desenvolvimento do Capital Humano e com a efetividade dos resultados organizacionais.
2. Garantir a adoção das melhores práticas de educação corporativa para a gestão e disseminação do conhecimento na Organização BRADESCO.
3. Assegurar a disponibilidade de ações de capacitação e de desenvolvimento que valorizem a cultura organizacional, o princípio de Carreira Interna e promovam a sucessão em todos os níveis da Organização.
4. Estimular os profissionais da Organização a buscarem o autodesenvolvimento e o protagonismo na condução de sua formação e carreira.
5. Assegurar que todos os programas de capacitação e de desenvolvimento estejam alinhados à estratégia e ao negócio da Organização, além de aderentes às leis, códigos de regulação e normativos internos e externos aplicáveis.
6. Definir as regras de patrocínio educacional para as ações de formação, de capacitação e de desenvolvimento do Capital Humano e garantir o seu cumprimento.
7. Promover constantes ações para o desenvolvimento das lideranças, em todos os níveis da Organização.

4.4 De que forma o desempenho dos gestores é avaliado?

N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.

4.5 A instituição adota treinamento dos colaboradores e empregados em Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (“PLDFT”)? Em caso positivo, descreva a metodologia e periodicidade aplicadas.

Ações de treinamento contínuo com Cartilha e Vídeo Treinamento de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento ao Terrorismo e à Anticorrupção.

Considerando que as ações são amplamente disseminadas pela Organização Bradesco, as Políticas Corporativas encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: [http://www.bradesco.com.br/ <Governança Corporativa > Estatuto e Políticas>Políticas e Normas.](http://www.bradesco.com.br/GovernancaCorporativa)

4.6 Descreva os treinamentos elaborados junto aos colaboradores para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc.).

N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.

5. Informações gerais

5.1	Existem planos de expansão ou mudança de estratégia? Descreva.
	N/A
5.2	Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da gestora (instalações, profissionais hardware e software).
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
5.3	A gestora é objeto de avaliação por agência de rating? Qual a nota atribuída? (Anexar relatório mais recente).
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
5.4	Com base nos últimos 05 (cinco) anos, a gestora já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais?
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.

6. Análise econômica, de pesquisa e de crédito

6.1	Descreva a estrutura de análise econômica, de pesquisa e de crédito da gestora, conforme segmento, quando aplicável (anexar resumo profissional).
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
6.2	A estrutura de análise econômica e de pesquisa inclui pesquisa de temas ASG – ambientais, sociais e de governança corporativa? Como estas questões são consideradas durante o processo de decisão de investimento? Descreva.
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
6.3	Descreva as principais mudanças na equipe de análise nos últimos 05 (cinco) anos.
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
6.4	Utiliza research próprio ou de terceiros? Em que proporções?
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
6.5	Caso utilize research próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o <i>buy side</i> ou também produz relatórios e informações para outros (sell side)?
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
6.6	Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?

N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.

7. Gestão de recursos

7.1	Descreva as principais mudanças na equipe de gestão nos últimos 05 (cinco) anos.
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
7.2	Descreva procedimentos e/ou políticas formais de seleção e acompanhamento de fornecedores e/ou prestadores de serviço relacionados à atividade de gestão de recursos/distribuição, incluindo as corretoras.
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
7.3	Descreva o processo de investimento.
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
7.4	Como é controlado o prazo médio dos títulos de fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
7.5	Descreva os critérios adotados para distribuição do envio de ordens entre as corretoras aprovadas, incluindo o limite de concentração de volume de operações por corretora, se houver.
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
7.6	Como são avaliados ativos no exterior, quando aplicável? Descrever como é realizado o controle e o processo de acompanhamento.
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.

8. Distribuição

8.1	A gestora realiza distribuição dos fundos sob sua responsabilidade? Se sim, descreva os procedimentos adotados referentes aos processos de: <ul style="list-style-type: none"> I. verificação dos produtos ao perfil do cliente (Suitability); II. conheça seu cliente (KYC); III. PLDFT; e IV. cadastro de cliente.
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.

8.2	A gestora terceiriza alguma atividade relacionada à distribuição? Se sim, descreva as atividades, bem como o nome e o CNPJ do(s) terceiro(s) contratado(s).
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
8.3	Como é feita a prospecção de clientes/distribuição de fundos? Detalhar o processo de captação realizado pela instituição. Exemplos: Indicação de clientes, prospecção. Qual o perfil dos clientes? (segmento e categoria do investidor). Exemplo: Varejo, Corporate, PJ, Investidor profissional, Qualificado?
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.
8.4	Descreva a estrutura operacional da gestora, voltada para a atividade de distribuição, incluindo sistemas de controle de movimentação (aplicação e resgate), critérios para execução das ordens e registro das solicitações, bem como o seu arquivamento e forma de proteção.
	N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.

9. Risco

9.1	Descreva as principais mudanças na equipe de risco nos últimos 05 (cinco) anos.
	N/A
9.2	Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados e o que contêm estes relatórios?
	N/A
9.3	Descreva como cada operação de crédito é analisada, aprovada e monitorada? Descreva a segregação entre as atividades.
	A BEM DTVM, na qualidade de Administrador Fiduciário, possui equipe dedicada na avaliação e monitoramento do processo de formalização pertinente a cada operação realizada pelos Gestores dos Fundos. O Detalhamento das Regras e Procedimentos estão descritos em Manuais operacionais internos.
9.4	Como são analisadas as garantias das operações e quais os critérios utilizados (análise de formalização, execução, etc)? Há reavaliação periódica da qualidade do crédito e de suas garantias? Qual sua periodicidade?
	A BEM DTVM, na qualidade de Administrador Fiduciário, possui equipe dedicada na avaliação e monitoramento dos eventos dos ativos, incluindo processo de formalização pertinente a cada operação realizada pelos Gestores dos Fundos. O Detalhamento das Regras e Procedimentos estão descritos em Manuais operacionais internos.
9.5	As questões e riscos ASG – ambientais, sociais e de governança corporativa – são considerados na análise de risco de crédito? (Exemplos: perda de licença ambiental, corrupção, envolvimento em casos de trabalho escravo ou infantil, etc.).

A BEM DTVM na qualidade de Administrador Fiduciário, possui equipe dedicada na avaliação e monitoramento dos eventos dos ativos, incluindo processo de formalização pertinente a cada operação realizada pelos Gestores dos Fundos. O Detalhamento das Regras e Procedimentos estão descritos em Manuais operacionais internos.	
9.6	A gestora, independentemente do critério de apreçamento, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência? Descreva.
N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.	
9.7	A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.
Sim. A BEM DTVM possui estrutura e equipes de tecnologia da informação (TI) própria que suporta as principais atividades desenvolvidas pela BEM DTVM, com reporte, às áreas de TI Corporativa, e mantém profissionais treinados / capacitados para o cumprimento das respectivas atividades.	
9.8	Descreva os procedimentos de verificação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras.
N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.	
9.9	Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Em caso positivo, qual a política de escuta das gravações?
N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.	
9.10	Descreva os procedimentos de back-up e redundância de informações, desktops e servidores (para back-up, cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento).

Considerando que a BEM DTVM, conforme já mencionado, está inserida no escopo dos procedimentos e regras da Organização BRADESCO, os procedimentos de back-up e redundância de informações, desktops e servidores são:

File Server e aplicativo: DIARIO 8 DIAS / SEMANAL 35 DIAS / MENSAL 5 ANOS

Banco de Dados: DIARIO 8 DIAS / SEMANAL 30 DIAS / MENSAL 10 ANOS

A realização de backup dos dados em fitas ou outra mídia de armazenamento atende aos seguintes propósitos: • evitar a perda irreparável de dados; • oferecer uma cópia off-line dos dados que podem ser recuperados a qualquer instante; • fornecer um arquivo de dados que pode ser preservado para fins históricos ou legais. Política de Armazenamento: •

Manter os dados armazenados e locais seguros (físico / lógico) e disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana; • Manter a integridade dos dados armazenados, permitindo que regras sejam definidas, e controlando a mídia e os softwares relacionados a cada documento (arquivos/dados); • Enquadrar os dados dos sistemas (arquivos) dentro dos propósitos/interesses da organização, permitindo a definição de políticas de acesso específicas para cada uma delas; • Disponibilização dos dados sem limites físicos; •

Eliminação de fraudes; • Gerenciamento automatizado de processos, minimizando recursos humanos e aumentando a produtividade; • Impossibilidade de extravio ou falsificação de documentos/dados/arquivos; • Integração com outros sistemas e tecnologias; • Políticas Volumetria x Canal de Comunicação; • Para backups executados em servidores físicos de Banco de Dados com o volume de dados maior que 200GB, utilizamos o recurso de LAN FREE, sendo que o canal de comunicação é feito com fibra rede SAN (Servidos sendo conectado diretamente com o drive); • Para os demais backups o procedimento é feito pela rede LAN de backup.

9.11 Descreva a política de controle de acesso ao Data Center (físico e lógico)

O controle de acesso físico e lógico ao Data Center é realizado pelo DITI – Departamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação, o qual é a Dependência da Organização BRADESCO responsável pelo gerenciamento dos servidores dos Departamentos e Empresas Ligadas, em conformidade com as normas corporativas de Segurança da Informação, com a atribuição de manter os servidores em ambiente corporativo, provendo recursos técnicos e de segurança, objetivando assegurar a proteção das informações, garantindo a integridade física dos equipamentos instalados no CTI - Centro de Tecnologia da Informação, com acesso físico monitorado por sistema de câmeras. O procedimento para acesso físico ao CTI tem como requisito o acompanhamento por funcionário previamente autorizado com acesso registrado em sistema próprio para tal finalidade e inclui, como mecanismo de controle, leitores magnéticos de proximidade. Os procedimentos adotados pelo DITI para controle dos acessos (físico e lógico) são objeto de avaliação por área independente da Organização, para assegurar o respectivo cumprimento e adequação dos acessos concedidos, eficácia dos controles internos e a conformidade com as Políticas, Normas, Padrões, Procedimentos e Regulamentações Internas e Externas.

9.12

Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar no-breaks, capacidade dos servidores, links de internet e telefonia etc.

Considerando que a BEM DTVM, conforme já mencionado, está inserida no escopo dos procedimentos e regras da Organização BRADESCO, o parque tecnológico da Organização é composto por: • Infraestrutura com dualidade de operação e os principais equipamentos (Geradores, Nobreaks, Chillers, Torres de Arrefecimento etc.) com requisitos N+2.

O centro de processamento é provido de sistema redundante no fornecimento de energia (linhas A e B). Os equipamentos de TI são suportados por sistemas de UPS, Geradores e Painéis Elétricos que atuam nos momentos de falta de energia da Concessionária. Em caso de falhas, os geradores têm autonomia de 3 dias sem necessidade de reposição de combustível e do acordo firmados com as empresas fornecedoras de combustível para reposição imediata em casos de necessidade.

Capacidade de servidores: São realizados controles da disponibilidade dos recursos, monitoramento dos dados coletados dos Servidores e armazenamento de dados da Plataforma Open. O plano de capacidade é formulado anualmente para previsão futura de disponibilização e aquisição de recursos necessários para TI. Um exemplo desta análise de capacidade foi a substituição do servidor de banco de dados para recepção dos fundos oriundos do HSBC garantindo a mesma performance e armazenamento do servidor anterior.

Windows / Linux – Configuração básica.

• Quad Core Xeon / • Hexa Core Xeon / • Octa Core Xeon

RISC – Configuração básica: • Sparc VII, T4 e T5 / • Power 6 / • Power 7 / • Power 7+

Os *links* de internet estão capacitados para atendimento de todo tráfego de dados dos nossos clientes e os mesmos são totalmente contingenciados. A Capacidade e Performance dos recursos de rede e telecomunicações são gerenciadas através da monitoração de parâmetros que indicam seus respectivos níveis de utilização, possibilitando ações proativas evitando qualquer tipo de degradação na entrega de serviços.

Os *links* e servidores de internet são controlados e monitorados por sistemas de *firewall*, AntiSpam e sistema de ataques cibernéticos.

Utilização de ramais com tecnologia VOIP, mantendo a premissa de gravação para áreas que atuam com relação aos clientes. O armazenamento das mídias é realizado em local seguro e externo ao ambiente operacional.

Processos Certificados pelas Normas: SA8000, ISO9001, ISO14001, ISO14064, ISO18001, ISO27001 e Good Privacy.

9.13 A gestora possui filtro de e-mail, firewall e sistemas de antivírus?

A BEM DTVM possui filtro de e-mail, <i>firewall</i> e sistemas de antivírus, inclusive no escopo de administração fiduciária de fundos de investimento.	
9.14	São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas? Com que frequência?
Sim, no mínimo uma vez ao ano.	

10. Compliance e controles internos

10.1	A gestora adota procedimentos de monitoramento contínuo das regulamentações e autorregulamentação aplicáveis ao seu segmento de atuação com execução de ações preventivas e corretivas? Em caso positivo, descreva os procedimentos adotados.
Especificamente para a atividade de Administração Fiduciária, os procedimentos de monitoramento de regulamentações e autorregulamentação são realizados pelo Departamento de Compliance, Conduta e Ética (DCCE), que tem como principal atribuição apoiar o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva na condução de um programa robusto de conduta corporativa (<i>Compliance</i>), que consiste na avaliação da conformidade da organização às leis, regulamentações externas, códigos de autorregulação aplicáveis, políticas e normas internas, observando os altos padrões de integridade, de conduta e de ética, alinhado à estratégia da Organização e seu entorno social.	
10.2	Descreva os procedimentos adotados pela gestora para controlar a faixa de preços dos ativos e valores mobiliários negociados para os fundos de investimento sob sua gestão.
Relativamente à atividade de Administração Fiduciária, há metodologia de precificação as quais são padronizadas e baseadas em práticas amplamente aceitas pelo mercado, sendo documentadas em manual próprio registrado na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais	
10.3	Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas profissionais que trabalham na gestora.
Todos os funcionários ao ingressarem na Organização Bradesco se comprometem com a observância dos termos do Código de Ética Corporativo, mediante a assinatura de termo de adesão. Anualmente referido Código é revisto, atualizado e divulgado a todo o quadro de funcionários.	
10.4	Descreva como é realizado o monitoramento da política de investimentos pessoais.

A BEM DTVM adota a Política relativa a Compra e Venda de Valores Mobiliários definida pelo BRADESCO que compreende diretrizes para investimentos pessoais e para investimentos pela própria empresa, em observância dos padrões éticos estabelecidos nos Códigos de Conduta Ética Corporativo e Setorial do Profissional de Mercado Financeiro e de Capitais, a qual tem como diretrizes básicas:

1. Garantir a existência de processo formal para a adequada segregação entre a gestão de recursos próprios da Organização e a administração de carteiras de valores mobiliários de recursos de terceiros.
2. Assegurar que, na gestão de recursos próprios, os índices e limites sobre a solvência da Organização sejam observados.
3. Assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Organização a adequada utilização de títulos e valores mobiliários, em conformidade com as regulamentações aplicáveis.
4. Determinar que os administradores, funcionários e colaboradores que atuam nas atividades de administração de carteiras de valores mobiliários de recursos de terceiros não realizem operações, em nome próprio ou de terceiros, com o cliente, ou tendo este como contraparte, que possam interferir no desempenho das atividades profissionais ou que venham a caracterizar potencial conflito de interesse.

10.5	Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da gestora?
-------------	--

N/A

10.6	Descreva os procedimentos de monitoramento implementados para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc.).
-------------	---

N/A

10.7	Descreva os procedimentos adotados para PLDFT no processo de seleção e alocação e monitoramento na negociação de ativos.
-------------	--

A BEM DTVM avalia os procedimentos adotados pelos Gestores contratados em nome dos fundos que administra, através do processo de *Due Diligence*.

10.8	Caso a gestora desenvolva outras atividades, descreva sua política de chinese wall, informando como se dá a proteção de informações entre departamentos e os potenciais conflitos de interesse advindos das diferentes atividades.
-------------	--

A BEM DTVM executa as atividades relacionadas a administração fiduciária de forma segregada da gestora dos fundos sob sua administração, incluindo a BRAM – Bradesco Asset Management – empresa integrante do conglomerado que atua como Asset independente e das demais áreas da organização que mantém atividades de gestão e/ou distribuição que, eventualmente, possam gerar o risco de contágio. Nesse sentido, o BRADESCO possui um Departamento fisicamente segregado e com restrição de acesso lógico, no que está relacionado aos sistemas de informação e físico, no que diz respeito ao prédio e suas dependências internas, o qual somente é concedido aos funcionários diretamente relacionados com a atividade e previamente autorizados para tal finalidade. Tais controles são assegurados e certificados, em processos de auditoria que visam avaliar o sistema de proteção de dados e informações.	
10.9	Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.
N/A, tendo em vista que a realização das operações cabe ao Gestor de Recursos.	
10.10	Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da gestora? A gestora utiliza algum agente externo? (Ex.: consultoria)
Os limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob Administração da BEM DTVM são cadastrados e monitorados de acordo com as regras definidas nos regulamentos dos fundos e legislações / instruções inerentes aos tipos de fundos, por áreas internas (Enquadramento) <i>ex ante</i> – <i>ex post</i> .	
10.11	Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em conselhos fiscais e de administração.
N/A	
10.12	A gestora recebe comissões/remuneração (rebate) pela alocação em ativos e valores financeiros? Quais as regras?
N/A – tendo em vista que o escopo da BEM DTVM é a administração fiduciária de fundos de investimento.	

11. Jurídico

11.1	Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da gestora (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros).
A BEM DTVM (Administração Fiduciária) utiliza a estrutura de suporte pelo Departamento Jurídico da Organização Bradesco.	

12. Anexos ou endereço eletrônico

		Anexo ou link
12.1	Resumo profissional dos responsáveis pelas áreas e equipe de gestão	N/A
12.2	Código de ética e conduta	www.bradescobemdtvm.com.br
12.3	Manual/Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)	N/A
12.4	Relatório de Rating	N/A
12.5	Manual/Política de Liquidez	N/A
12.6	Manual/Política de Suitability (caso a gestora realize distribuição de cotas dos fundos geridos)	N/A
12.7	Formulário de referência	www.bradescobemdtvm.com.br
12.8	Manual/Política de controles internos e compliance	www.bradescobemdtvm.com.br (Regras e Procedimentos)
12.9	Manual/Política de gestão de risco	N/A
12.10	Manual/Política de investimentos pessoais	N/A
12.11	Manual/Política de rateio e divisão de ordens entre as carteiras de valores mobiliários	N/A
12.12	Manual/Política de segurança de informação	N/A
12.13	Manual/Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro	N/A
12.14	Manual/Política de KYC	N/A
12.15	Manual/Política que tratem da troca de informações entre a atividade de distribuição realizada pela gestora e os administradores fiduciários	N/A
12.16	Manual/Política de Responsabilidade Socioambiental	N/A
12.17	Manual/Política de seleção e contratação de terceiros	www.bradescobemdtvm.com.br (Regras e Procedimentos)
12.18	Lista das corretoras aprovadas (se houver)	N/A

* N/A tendo em vista que tais documentos aplicáveis aos gestores de recursos.

Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco, SP.

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO] KELLY LUCENA NAVARRO:281 33276896 <small>Assinado de forma digital por KELLY LUCENA NAVARRO:28133276896 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=09461647000195, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=KELLY LUCENA NAVARRO:28133276896 Dados: 2023.06.15 18:52:51 -03'00'</small>	[ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA INSTITUIÇÃO] FABIANO BOTTIGNON KOSAKA:1355460 5816 <small>Assinado de forma digital por FABIANO BOTTIGNON KOSAKA:13554605816 Dados: 2023.06.19 10:49:47 -03'00'</small>
[NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO] Kelly Lucena Navarro	[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA INSTITUIÇÃO] Fabiano Bottignon Kosaka
[CARGO] - Gerente Departamental	[CARGO] - Superintendente Executivo
[TELEFONE] - 3684-5713	[TELEFONE] - 3684-9431
[E-MAIL CORPORATIVO] - kelly.navarro@bradesco.com.br	[E-MAIL CORPORATIVO] - fabiano.kosaka@bradesco.com.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM — COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO CVM No 3067, DE 06 DE SETEMBRO DE 1994

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM no 158, de 21.07.93, resolveu autorizar BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., C.G.C. Nº 00.066.670/0001-00, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM no 82, de 19 de setembro de 1988.

Ana Maria da França Martins Brito
SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES



EM BRANCO

EM BRANCO



CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) BEM DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA (CNPJ 00.066.670/0001-00) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, no segmento **Sociedade Distribuidora de TVM**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie.

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 10:52:58 do dia 18/1/2024, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: D8Stb6vZ5ExWKc51895h

Certidão emitida gratuitamente.

JUCESP
2023



JUCESP PROTOCOLO
2.525.229/23-0



Ata da Reunião dos Sócios-Cotistas da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. realizada em 28.4.2023 - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630. Aos 28 dias do mês de abril de 2023, às 13h30, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os sócios-cotistas da Sociedade, representando a totalidade do capital social, **Banco Bradesco BBI S.A.**, CNPJ nº 06.271.464/0001-19, NIRE 35.300.335.791, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e **Banco Bradesco S.A.**, CNPJ nº 60.746.948/0001-12, NIRE 35.300.027.795, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, neste ato representados por seus por seus Diretores Vice-Presidentes, senhores **Marcelo de Araújo Noronha**, brasileiro, casado, bancário, RG 56.163.018-5/SSP-SP, CPF 360.668.504/15; e **André Rodrigues Cano**, brasileiro, casado, bancário, RG 8.487.985-3/SSP-SP, CPF 005.908.058/27, ambos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Assumiu a presidência da reunião o senhor **Marcelo de Araújo Noronha** que convidou o senhor **André Rodrigues Cano** para secretário. Durante a reunião, os sócios-cotistas deliberaram, de comum acordo:

- 1) aprovar, em atendimento às disposições do Inciso I do Artigo 1.071 do Código Civil Brasileiro, sem quaisquer ressalvas, as contas da Administração e os documentos de que trata o Inciso I do Artigo 1.078 do referido Código Civil, que compreendem os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2022, publicados em 24.2.2023 no jornal "Valor Econômico";
- 2) considerando que a Sociedade obteve no exercício social encerrado em 31.12.2022 lucro líquido de R\$32.403.457,34 (trinta e dois milhões, quatrocentos e três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos), destiná-lo da seguinte forma: R\$1.620.172,87 (um milhão, seiscentos e vinte mil, cento e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$30.475.451,62 (trinta milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R\$307.832,85 (trezentos e sete mil, oitocentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos) para pagamento de dividendos, o qual deverá ser feito até 30.6.2023, na sua totalidade, ao sócio-cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do sócio-cotista Banco Bradesco S.A.;
- 3) reeleger, para compor a Diretoria da Sociedade, os senhores: **Diretor Geral: José Ramos Rocha Neto**, brasileiro, casado, bancário, RG 52.969.025-1/SSP-SP, CPF 624.211.314/72; **Diretores Gerentes: Antonio José da Barbara**, brasileiro, casado, bancário, RG 18.114.666-6/SSP-SP, CPF 083.858.728/33; **Edson Marcelo Moreto**, brasileiro, casado, bancário, RG 19.121.312-3/SSP-SP, CPF 091.302.478-37; **Diretores: André Bernardino da Cruz Filho**, brasileiro, casado, bancário, RG 35.331.675-1/SSP-SP, CPF



Ata da Reunião dos Sócios-Cotistas da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. realizada em 28.4.2023 - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630. .2.

192.221.224-53; **Clayton Neves Xavier**, brasileiro, casado, bancário, RG 22.251.048-1/SSP-SP, CPF 103.750.518/21; **Francisco José Pereira Terra**, brasileiro, casado, bancário, RG 13.739.154-7/SSP-SP, CPF 111.112.668/24; **José Gomes Fernandes**, brasileiro, casado, bancário, RG 28.057.233-5/SSP-SP, CPF 135.834.253/91; **Marlos Francisco de Souza Araujo**, brasileiro, casado, bancário, RG 25.746.972-2/SSP-SP, CPF 274.447.478/90; **Nairo José Martinelli Vidal Júnior**, brasileiro, casado, bancário, RG 18.496.678-4/SSP-SP, CPF 116.088.168/50; e **Oswaldo Tadeu Fernandes**, brasileiro, solteiro, em união estável, bancário, RG 18.327.286-9/SSP-SP, CPF 088.897.978/94, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900.

Os diretores reeleitos: 1) firmaram declarações referentes ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; 2) terão: a) seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos; b) mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos novos administradores que serão eleitos na Reunião dos Sócios-Cotistas que aprovar as contas do exercício de 2025 a ser realizada no ano de 2026;

- 4) fixar o valor mensal individual de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) para remuneração dos administradores reeleitos, enquanto permanecerem no exercício de suas funções na Sociedade.

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelo Presidente, por mim Secretário e pelos representantes dos sócios-cotistas, será encaminhada para que assinem eletronicamente.

Presidente: MARCELO DE ARAUJO NORONHA
Marcelo de Araújo Noronha

Secretário: ANDRÉ RODRIGUES CANO
André Rodrigues Cano

Sócios-Cotistas:

MARCELO DE ARAUJO NORONHA

ANDRÉ RODRIGUES CANO

Banco Bradesco BBI S.A.
Banco Bradesco S.A.
Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano

10
20 SET 2023





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.066.670/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/10/1968
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL BEM DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BEM DTVM	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 66.12-6-02 - Distribuidoras de títulos e valores mobiliários
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO NUC CIDADE DE DEUS	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO 4 ANDAR PREDIO PRATA
---	----------------------	--

CEP 06.029-900	BAIRRO/DISTRITO VILA YARA	MUNICÍPIO OSASCO	UF SP
--------------------------	-------------------------------------	----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (11) 3684-5122
---------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/06/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **18/01/2024** às **11:01:26** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



JUCESP PROTOCOLO
2.525.240/23-6



**Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM
- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº
00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de
28.4.2023**

Pelo presente Instrumento Particular, **Banco Bradesco BBI S.A.**, CNPJ nº 06.271.464/0001-19, NIRE 35.300.335.791, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e **Banco Bradesco S.A.**, CNPJ nº 60.746.948/0001-12, NIRE 35.300.027.795, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, neste ato representados por seus Diretores Vice-Presidentes, senhores *Marcelo de Araújo Noronha*, brasileiro, casado, bancário, RG 56.163.018-5/SSP-SP, CPF 360.668.504/15; e *André Rodrigues Cano*, brasileiro, casado, bancário, RG 8.487.985-3/SSP-SP, CPF 005.908.058/27, ambos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, Sócios-Cotistas representando a totalidade do capital social da **BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, CNPJ nº 00.066.670/0001-00, NIRE 35.219.824.630, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, deliberaram, de comum acordo:

- 1) aumentar o capital social em R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), elevando-o de R\$82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais) para R\$98.000.000,00 (noventa e oito milhões de reais), mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", com a criação de 16.000.000 (dezesseis milhões) de cotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, que serão atribuídas ao sócio-cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do sócio-cotista Banco Bradesco S.A., ambos já qualificados;

- 2) alterar, em consequência do item anterior, as redações do "caput" e parágrafo primeiro da cláusula quarta do contrato social que passam a ser as seguintes: **"Cláusula Quarta** - O capital social é de R\$98.000.000,00 (noventa e oito milhões de reais), dividido em 98.000.000 (noventa e oito milhões) de cotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. **Parágrafo Primeiro** - O capital social encontra-se assim distribuído entre os sócios:

Cotistas	Qtd. Cotas	Vr. R\$
Banco Bradesco BBI S.A.	97.999.999	97.999.999,00
Banco Bradesco S.A.	1	1,00
Total	98.000.000	98.000.000,00";

- 3) alterar o contrato social, no "caput" da cláusula sexta, reduzindo de 4 (quatro) para 3 (três) o número mínimo e de 18 (dezoito) para 12 (doze) o número máximo de membros da Diretoria, eliminando o cargo de Diretor Vice-Presidente, e por consequência aprimorar as redações do parágrafo



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 28.4.2023

Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 28.4.2023 .2.

sétimo da mencionada cláusula e "caput" da cláusula sétima. Em consequência, as redações dos mencionados dispositivos passam a ser as seguintes: **"Cláusula Sexta** - A Sociedade será administrada por uma diretoria, composta de 3 (três) a 12 (doze) membros, designados e destituíveis a qualquer tempo pelos sócios-cotistas, com mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos novos Diretores designados, distribuídos nos seguintes cargos: Diretor Geral, Diretor Gerente e Diretor. Os diretores designados serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura do termo de posse no livro de reuniões da Diretoria, de acordo com o disposto no "caput" do artigo 1.062 do Código Civil Brasileiro. **Parágrafo Sétimo** - Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este contrato social, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) ao Diretor Geral, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros; b) ao Diretor Gerente, colaborar com o Diretor Geral no desempenho de suas funções e supervisionar e coordenar as áreas que lhes ficarem afetas; c) ao Diretor, colaborar com os demais membros da Diretoria no desempenho de suas funções, e supervisionar e coordenar as áreas que lhes ficarem afetas, além das funções que lhes foram atribuídas de acordo com o disposto no parágrafo oitavo desta cláusula. **Cláusula Sétima** - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Instrumento, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor Geral ou Diretor Gerente.";

- 4) consolidar o contrato social, em face das deliberações tomadas nos itens "2" e "3", permanecendo inalteradas as demais cláusulas, o qual passa a vigorar com a seguinte redação, após a aprovação pelo Banco Central do Brasil:

**"BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Contrato Social**

I - Da Denominação e Sede

Cláusula Primeira - A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., é uma Sociedade Empresária Limitada, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, podendo, por deliberação da Diretoria, instalar ou extinguir filiais, escritórios e dependências em qualquer parte do Território Nacional, observados os preceitos legais.



A.C.J.



D.R.C.



M.C.

**Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM
- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº
00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de
28.4.2023 .3.**

II - Do Objeto Social

Cláusula Segunda - A Sociedade tem por objeto:

- a) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
- b) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- c) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência;
- d) encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários;
- e) incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento, de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- f) exercer funções de agente fiduciário;
- g) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;
- h) constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- i) praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes;
- j) praticar operações de conta margem, observando o que dispuser o Banco Central do Brasil e regulamentação complementar da Comissão de Valores Mobiliários;
- k) realizar operações compromissadas;
- l) praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central;



A.C.J.



D.R.C.



M.C.

**Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM
- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº
00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de
28.4.2023 .4.**

- m) operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas respectivas áreas de competência;
- n) prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais;
- o) exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários;
- p) gerir e supervisionar recursos de terceiros.

III - Do Prazo de Duração da Sociedade

Cláusula Terceira - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

IV - Do Capital Social

Cláusula Quarta - O capital social é de R\$98.000.000,00 (noventa e oito milhões de reais), dividido em 98.000.000 (noventa e oito milhões) de cotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

Parágrafo Primeiro - O capital social encontra-se assim distribuído entre os sócios:

Cotistas	Qtd. Cotas	Vr. R\$
Banco Bradesco BBI S.A.	97.999.999	97.999.999,00
Banco Bradesco S.A.	1	1,00
Total	98.000.000	98.000.000,00

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de cada sócio nas obrigações assumidas pela Sociedade está limitada ao valor de sua participação no capital social, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Terceiro - As cotas representativas do capital social são indivisíveis, impenhoráveis e inalienáveis a terceiros sem a expressa autorização dos sócios-cotistas.



A.C.J.



D.R.C.



M.C.

**Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM
- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº
00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de
28.4.2023 .5.**

V - Das Deliberações Sociais

Cláusula Quinta - As deliberações dos sócios-cotistas deverão sempre ser tomadas por sócios que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social, com exceção do quórum mencionado no parágrafo primeiro da cláusula sexta do contrato social.

VI - Da Administração

Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada por uma diretoria, composta de 3 (três) a 12 (doze) membros, designados e destituíveis a qualquer tempo pelos sócios-cotistas, com mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos novos Diretores designados, distribuídos nos seguintes cargos: Diretor Geral, Diretor Gerente e Diretor. Os diretores designados serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura do termo de posse no livro de reuniões da Diretoria, de acordo com o disposto no "caput" do artigo 1.062 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Primeiro - Poderão ser designados diretores não sócios, cuja designação dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios-cotistas, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a sua integralização, nos termos do disposto no artigo 1.061 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Segundo - Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer diretor, inclusive do Diretor Geral, a própria Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros. Em caso de vaga, a nomeação do substituto se fará de acordo com o que dispõe o parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo Terceiro - Os diretores terão poderes para administrar a Sociedade, bem como para representá-la e gerir seus negócios, podendo praticar todos os atos para tanto necessários, inclusive transigir, renunciar direitos, contratar, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis não integrantes do ativo não circulante e ainda títulos e valores mobiliários, observando o disposto no parágrafo quarto desta cláusula.

Parágrafo Quarto - Dependerá de prévia autorização do Conselho de Administração do controlador direto ou indireto:



A.C.J.



D.R.C.



M.C.

2023

**Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM
- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº
00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de
28.4.2023 .6.**

- a) a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo não circulante e de participações societárias de caráter não permanente, quando de valor superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Sociedade, nos casos de operações com empresas não integrantes da Organização Bradesco;
- b) a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- c) associações envolvendo a Sociedade, inclusive participação em acordo de acionistas.

Parágrafo Quinto - A remuneração dos diretores será fixada pelos sócios-cotistas, de comum acordo.

Parágrafo Sexto - Compete à Diretoria a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário.

Parágrafo Sétimo - Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este contrato social, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- a) ao Diretor Geral, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros;
- b) ao Diretor Gerente, colaborar com o Diretor Geral no desempenho de suas funções e supervisionar e coordenar as áreas que lhes ficarem afetas;
- c) ao Diretor, colaborar com os demais membros da Diretoria no desempenho de suas funções, e supervisionar e coordenar as áreas que lhes ficarem afetas, além das funções que lhes foram atribuídas de acordo com o disposto no parágrafo oitavo desta cláusula.

Parágrafo Oitavo - Os sócios-cotistas designarão dentre os diretores da Sociedade os que devam ocupar as funções específicas, conforme segue:

- I. Diretor responsável pela atividade de administração fiduciária, o qual, no exercício da função, poderá assinar isoladamente toda e qualquer declaração ou documento relativos aos fundos de investimento e suas ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários;



A.C.J.



D.R.C.



M.C.

30.08.23
20.04.23

**Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM
- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº
00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de
28.4.2023 .8.**

Parágrafo Terceiro - Os sócios-cotistas e os diretores ficam terminantemente proibidos de conceder avais, fianças ou outras quaisquer garantias em operações alheias aos interesses e/ou atividades sociais.

VII - Do Uso da Denominação Social

Cláusula Oitava - É vedado o uso da denominação da Sociedade em negócios estranhos ao objeto e aos interesses sociais.

VIII - Do Exercício Social

Cláusula Nona - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações do movimento social, podendo a Sociedade levantar balanços ou balancetes semestrais ou mensais, a critério da Diretoria.

IX - Dos Lucros e dos Prejuízos

Cláusula Décima - O lucro líquido apurado em cada balanço, após as deduções legais, terá a seguinte destinação:

- I. constituição de Reserva Legal;
- II. pagamento de dividendos, aprovados pelos sócios-cotistas que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio declarados, de que tratam os parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, assegurem aos sócios-cotistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo, 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido.

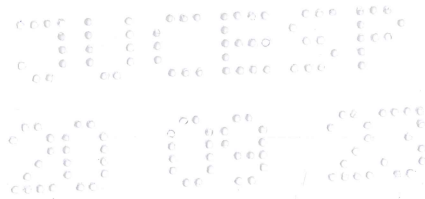
Parágrafo Primeiro - À conta de Lucros Acumulados ou de reservas de lucros existentes, a Diretoria fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários.

Parágrafo Segundo - Poderá ainda, a Diretoria, autorizar a distribuição de lucros aos sócios-cotistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

 A.C.J.

 D.R.C.

 M.C.



**Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM
- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº
00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de
28.4.2023 .9.**

Parágrafo Terceiro - Caberá a Diretoria, observada a legislação referida no parágrafo anterior, fixar, a seu exclusivo critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros cuja distribuição vier a autorizar.

Parágrafo Quarto - Os juros eventualmente pagos aos sócios-cotistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo do exercício (1%), de acordo com o inciso II do "caput" desta cláusula.

Cláusula Décima Primeira - O saldo do lucro líquido, verificado após as distribuições previstas na cláusula anterior, terá a destinação proposta pela diretoria, aprovada pelos sócios-cotistas, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do valor do capital social integralizado.

Parágrafo Único - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no inciso II da cláusula décima, e/ou retenção de lucros nos termos da aplicação subsidiária do artigo 196 da lei nº 6.404/76, o saldo do lucro líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

Cláusula Décima Segunda - Os eventuais prejuízos serão suportados pelos sócios-cotistas, na proporção de suas participações no capital social da Sociedade.

X - Da Liquidação

Cláusula Décima Terceira - No caso de liquidação da Sociedade, o liquidante será indicado pelos sócios-cotistas, de comum acordo. O acervo apurado será distribuído entre os sócios-cotistas, na proporção das suas cotas.

XI - Do Foro

Cláusula Décima Quarta - O foro da Sociedade é o da Cidade de Osasco, SP, o qual é eleito também pelos sócios-cotistas para as soluções de eventuais questões que surgirem em consequência deste contrato.



A.C.J.



D.R.C.



M.C.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP

**Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM
- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº
00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de
28.4.2023 .10.**

XII - Das Disposições Gerais

Cláusula Décima Quinta - Nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil, a regência supletiva da Sociedade obedecerá às normas da Sociedade Anônima."

E por estarem assim justos e contratados, os sócios-cotistas, por seus representantes legais, assinam o presente Instrumento Particular, impresso em 3 (três) vias de igual forma e teor, com 2 (duas) testemunhas, autorizando, tão logo seja homologado pelo Banco Central do Brasil, o seu arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, para os fins e efeitos de direito.

Osasco, SP, 28 de abril de 2023

Sócios-Cotistas:

MARCELO DE ARAUJO NORONHA

ANDRÉ RODRIGUES CANO

Banco Bradesco BBI S.A.

Banco Bradesco S.A.

Marcelo de Araújo Noronha

André Rodrigues Cano

Testemunhas:

Antonio Campanha Junior

Dagilson Ribeiro Carnevali

Antonio Campanha Junior

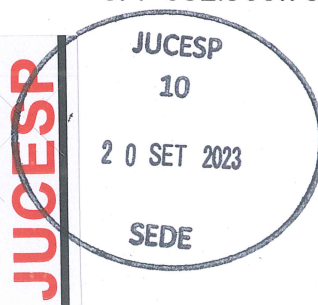
21.858.522-6/SSP-SP

CPF 167.477.158/45

Dagilson Ribeiro Carnevali

RG 10.145.653-0/SSP-SP

CPF 032.509.788-76





FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTES DOCUMENTOS.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35219824648	04/03/2005	13/02/2023 10:11:58
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
30/08/2004	00.066.670/0001-00	

CAPITAL
R\$ 1.500.093,36 (UM MILHÃO, QUINHENTOS MIL, NOVENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO:	NÚMERO:	
BAIRRO:	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO:	CEP:	UF: SP

OBJETO SOCIAL
EXTRAÇÃO DE MINÉRIO DE METAIS PRECIOSOS SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E DIREITOS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
BANCO BEM S.A, NIRE 21300003177, SITUADA À RUA EGITO, 283, CENTRO, SAO LUIS - MA, CEP 65010-190, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.500.093,27.
MARCIO ARTUR LAURELLI CYPRIANO, RAÇA/COR: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 063.906.928-20, RG/RNE: 28633398, RESIDENTE À CIDADE DE DEUS, S/N, VILA YARA, OSASCO - SP, CEP 06029-900, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$,09.
SERGIO SOCHA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 133.186.409-72, RG/RNE: 2088550, RESIDENTE À CIDADE DE DEUS, S/N, VILA YARA, OSASCO - SP, CEP 06029-900, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR, REPRESENTANTE DE BANCO BEM S.A, ASSINANDO PELA EMPRESA..

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

SESSÃO: 04/03/2005

SEDE TRANSFERIDA DE OUTRO ESTADO: MA, NIRE 21200002012.

INCLUSÃO DE CNPJ 00.066.670/0001-00

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35219824648

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 13/02/2023



Ficha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 193830278, segunda-feira, 13 de fevereiro de 2023 às 10:11:58.



18/01/2024

0072326720

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

**CERTIDÃO Nº: 7828345****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 17/01/2024, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 00.066.670/0001-00, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 18 de janeiro de 2024.

PEDIDO Nº:**0072326720**

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.066.670/0001-00
Razão Social: BEM DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA
Endereço: R BENEDITO AMERICO DE OLIVEIRA S/N PREDIO NOVISS. 4AND / VILA YARA / OSASCO / SP / 06029-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/02/2024 a 16/03/2024

Certificação Número: 2024021601505582280947

Informação obtida em 21/02/2024 09:08:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) BEM DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA (CNPJ 00.066.670/0001-00) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, no segmento **Sociedade Distribuidora de TVM**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie.

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 10:52:58 do dia 18/1/2024, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: D8Stb6vZ5ExWKc51895h

Certidão emitida gratuitamente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CERTIDÃO Nº 045629/2023

NOME/RAZÃO SOCIAL .. : BEM DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS
CPF/CNPJ : 00.066.670/0001-00
INSCRIÇÃO MUNICIPAL . : 0000080804
ENDEREÇO : NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N - SN PR. NOVIS. 4 AN - Vila
Yara - Osasco/SP - 06029-900
FINALIDADE : LICITAÇÃO

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal na cobrança de débitos provenientes de impostos, taxas e multas que venham a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos tributos e períodos referidos nesta certidão, observando-se a validade desta certidão por 06 (seis) meses, contados a partir da data abaixo, nos termos do Art. 318, § único da Lei Complementar nº 139 de 24/11/2005. Certificamos que o contribuinte acima identificado **NADA** deve a esta prefeitura. É o que cumpre informar. Foi a presente certidão emitida eletronicamente.

Osasco, 1 de Dezembro de 2023

A aceitação desta certidão esta condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: www.financas.osasco.sp.gov.br

Válida até: 29/05/2024

Código de Controle da Certidão: 3959.3E34.B37C

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 00.066.670/0001-00

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 24011085387-14

Data e hora da emissão 29/01/2024 09:22:18

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BEM DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 00.066.670/0001-00

Certidão nº: 2182665/2024

Expedição: 09/01/2024, às 12:35:01

Validade: 07/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BEM DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.066.670/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: BEM DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA
CNPJ: 00.066.670/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:23:59 do dia 16/01/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/07/2024.

Código de controle da certidão: **393D.DBF0.7AD8.FE3B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações RFB:

Contribuinte possui arrolamento de bens, conforme Lei nº 9532/1997.